

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

Os êxitos alcançados nas contas externas, bem como nas políticas fiscal e monetária, têm tido um contraponto no desempenho do mercado de trabalho, em razão da evolução negativa que os indicadores de desemprego e de rendimentos tiveram ao longo da maior parte de 2003.

Mesmo considerando que as previsões relativas à evolução da economia estejam apontando para um crescimento próximo a 3,5%, existe o temor de que esse maior volume da produção não seja acompanhado de uma geração correspondente de empregos, o que tenderia a manter os indicadores de desemprego em ascensão. A elevação da taxa de desemprego ocorrida no primeiro trimestre deste ano contribuiu, em particular, para que o mercado de trabalho voltasse a ocupar um lugar de destaque no debate sobre a condução das políticas públicas.

Para analisar a situação do desemprego é preciso, contudo, ter clareza de que ela depende de duas ordens de fatores: por um lado, das oportunidades de ocupação que se abrem para as pessoas que demandam o mercado de trabalho e, por outro, da quantidade de pessoas que estão economicamente ativas, trabalhando ou procurando uma ocupação. Em outras palavras, para se fazer uma avaliação mais consistente da realidade do desemprego é preciso separar os dois processos e analisar a evolução da ocupação para, em seguida, discutir como está se comportando a oferta de pessoas no mercado de trabalho.

Nesse sentido, considerando-se o processo de criação de oportunidades de trabalho, o temor anteriormente mencionado vem da idéia, bastante disseminada, de que a modernização tecnológica e organizacional das empresas não permitiria uma alta sensibilidade do emprego às variações da produção e que a economia teria uma baixa elasticidade emprego/produto. Assim, somente taxas de variação do PIB muito superiores à esperada seriam capazes de impactar de forma significativa a geração de empregos.

Cabe, porém, questionar se essa idéia corresponde à realidade atual da economia brasileira, ou, antes, à situação que prevaleceu na década passada, quando o forte processo de reestruturação produtiva — induzido pela abertura econômica e pela sobrevalorização cambial — levou efetivamente a uma baixíssima elasticidade emprego/produto agregada. Tal questionamento se justifica já que, desde a desvalorização cambial de 1999, o crescimento da economia vem sendo acompanhado, de maneira geral, de respostas expressivas do emprego. Nesse sentido, embora não se disponha de estimativas confiáveis desse parâmetro, o retrospecto recente de ambas as variáveis (emprego e produto) permite esperar valores relativamente elevados para a capacidade de reação do emprego aos estímulos do nível de atividade econômica.

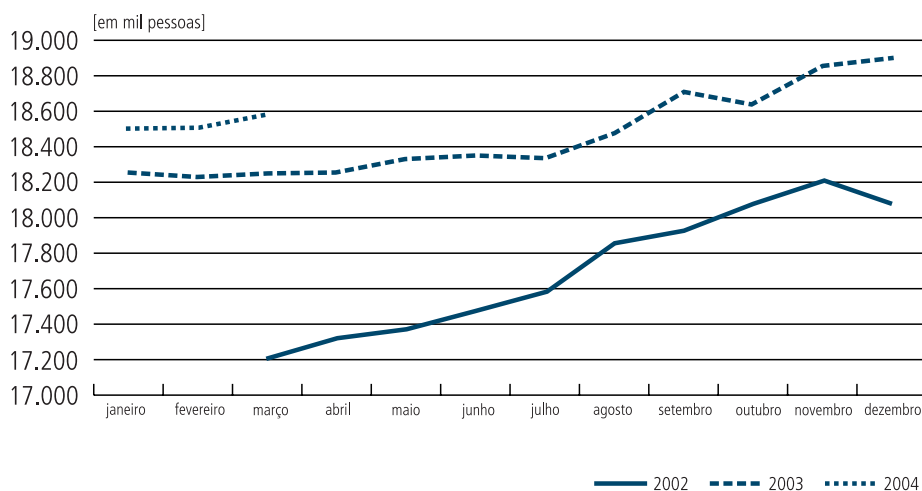
Assim sendo, se a economia passar a exibir a dinâmica esperada, é de todo legítimo ter expectativas de que a ocupação apresente taxas de crescimento até mesmo superiores às do aumento da população em idade ativa (PIA).

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, os números do nível de ocupação nos primeiros meses do ano são de molde a sustentar essa crença na capacidade de o mercado de trabalho gerar um volume expressivo de novos postos em 2004. Além de situar-se no primeiro trimestre em um patamar cerca de 1,6% superior ao observado no mesmo período em 2003, a ocupação em março apresentou uma variação positiva de 0,4% sobre o mês anterior, após as quedas de caráter sazonal ocorridas em janeiro e fevereiro.

O Gráfico 1 mostra as curvas do nível de ocupação em 2002, 2003 e 2004, sendo visível o contraste entre a estagnação verificada no início do ano passado, quando a economia foi obrigada a passar por um severo processo de ajustamento, e a dinâmica deste ano, com a ocupação mostrando, *já em março*, uma reação à queda sazonal que tradicionalmente ocorre nos primeiros meses.

GRÁFICO 1

Brasil Metropolitanano: Nível de Ocupação



Fonte: PME/IBGE.

Em relação às seis regiões metropolitanas em que a PME é levantada,¹ o crescimento da ocupação em março só não ocorreu em Salvador (-0,9%), com todas as demais mostrando um aumento maior que o encontrado para o conjunto (São Paulo e Rio de Janeiro: 0,5%; Recife: 0,6%; Belo Horizonte: 0,7%; Porto Alegre: 0,8%).

A variação de 0,4% ocorrida em março, embora não sendo — segundo o IBGE — estatisticamente significativa, aponta perspectivas positivas, já que é respaldada por vários outros indicadores de utilização de mão-de-obra, como os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego que é apurado em todo o país, o Caged vem sinalizando um dinamismo considerável do emprego formal este ano, com um volume de cerca de 350 mil novas contratações no primeiro trimestre, o melhor resultado para esse período desde quando a apuração foi iniciada, em 1992. Também o emprego industrial em São Paulo, segundo a

1. Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

Fiesp, cresceu 0,25% em março (sobre o mês anterior), acumulando um aumento de 0,88% nos três primeiros meses deste ano, em relação ao nível de emprego observado neste mesmo período em 2003, sendo este também o melhor resultado verificado na indústria paulista desde 1995.

Nesse quadro de resultados positivos, a nota dissonante em março foi dada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade-Dieese, que apontou uma queda da ocupação no conjunto das cinco regiões metropolitanas que são comuns às pesquisadas pela PME/IBGE,² inclusive com uma redução de quase 100 mil postos na região metropolitana de São Paulo. Contudo, tais quedas devem ser quase certamente um produto da metodologia amostral dessa pesquisa, que considera como resultado do mês uma média trimestral englobando também os dois meses anteriores. Assim, é de se esperar que os dados de fevereiro (média de dezembro, janeiro e fevereiro), estando afetados pelos elevados valores da ocupação verificada em dezembro de 2003, sejam mesmo superiores aos divulgados para o mês de março.

Segundo esse raciocínio, só em abril a PED deverá passar a mostrar uma recuperação expressiva da ocupação, revertendo a tendência declinante dos três meses iniciais, não apenas pelo efeito estatístico intrínseco à sua metodologia, mas também em razão do crescimento do nível de atividades e de seu impacto sobre a demanda por mão-de-obra. Essa expectativa pode ser legitimamente alimentada já que, em termos das perspectivas a curto prazo do nível de emprego, tanto a Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), quanto a Sondagem Conjuntural da Indústria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam forte intenção de contratação por parte das empresas do setor.

Na sondagem da CNI feita no primeiro trimestre, o indicador para a expectativa de aumento do número de empregados encontra-se no ponto mais alto já observado desde outubro de 2000, ao passo que na Sondagem Conjuntural da FGV a diferença entre o percentual de empresas com intenção de contratar e aquele relativo às empresas que prevêem demissões é a maior desde outubro de 1986, indicando “(...) *haver, no momento, sensibilidade do emprego industrial aos ciclos econômicos*”,³ o que apoiaria a análise anterior, relativa a um elevado nível atual da elasticidade emprego-produto.

Contudo, se a conjuntura futura da ocupação vier realmente a confirmar tais expectativas positivas, não se segue daí que haverá, automaticamente, uma queda correlata no desemprego: nem no volume de pessoas desempregadas e nem mesmo na taxa de desemprego. Isso, conforme apontado, irá depender do comportamento da oferta de pessoas no mercado de trabalho, ou seja, das variações verificadas no volume da população economicamente ativa (PEA).

Segundo a PME, a PEA vem apresentando fortes oscilações nos últimos tempos, indicando uma intensa movimentação das pessoas entre situações de inatividade e de presença no mercado de trabalho, seja como ocupadas ou como desocupadas procurando uma ocupação. Essas oscilações podem ser mais bem apreendidas acompanhando-se o comportamento da taxa de participação (ou de atividade) das pessoas no mercado de trabalho.⁴

2. Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

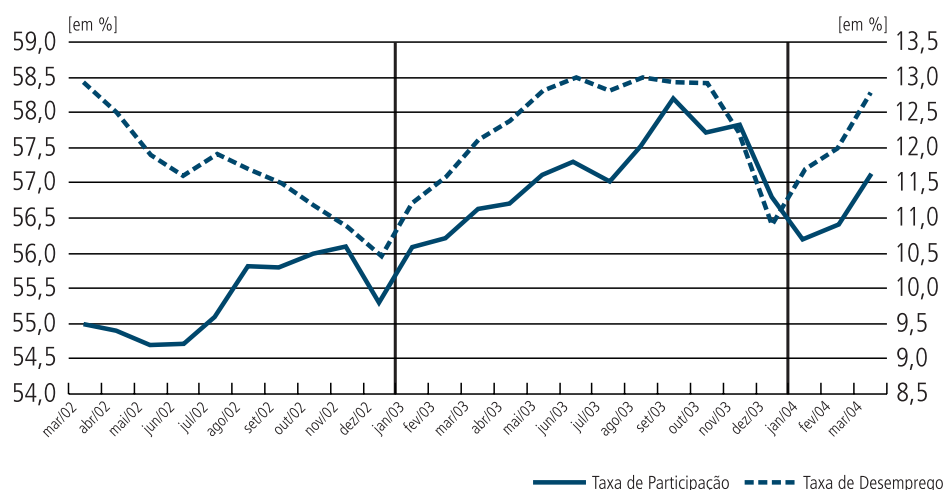
3. FGV/IBRE. Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação. Ano 37, nº 51, 28 de abril de 2004.

4. A taxa de participação é expressa pela razão entre a PEA e a PIA, que engloba, no caso da PME, todas as pessoas acima de dez anos de idade.

Conforme pode ser observado no Gráfico 2, que mostra a evolução das taxas de desemprego e de participação, esta cresceu fortemente de janeiro a setembro de 2003 (2,9 pontos percentuais), produzindo uma intensa pressão sobre o mercado de trabalho, o que fez com que a PEA neste último mês chegasse a ser cerca de 6,1% superior à verificada 12 meses antes, em setembro de 2002. Esse comportamento da taxa de participação foi o principal responsável pelo aumento da taxa de desemprego ao longo de 2003: de 10,5% em dezembro de 2002 ela chegou a atingir o patamar de 13% entre maio e outubro.

GRÁFICO 2

Brasil Metropolitano: Taxas de Desemprego e de Participação



Fonte: PME/IBGE.

A queda subsequente verificada na taxa de participação, de cerca de 1,4 ponto percentual em apenas três meses, foi essencial para que a taxa de desemprego chegasse a 10,9% em dezembro, pouco acima da observada em dezembro de 2002, embora tenha havido também uma melhoria na ocupação.

Nos primeiros três meses deste ano, após ter continuado em queda em janeiro, a taxa de participação voltou a subir ligeiramente em fevereiro, e de forma mais acentuada em março (ver Gráfico 2). Com a ocupação em queda nos dois primeiros meses do ano, mostrando apenas em março a reação de 0,4% apontada anteriormente, a taxa de desemprego voltou a subir de forma preocupante, atingindo 12,8% nesse último mês.

Parece, pois, nítida, a forte dependência que a taxa de desemprego vem mostrando, desde final de 2002, diante da taxa de participação, principalmente pela amplitude dos movimentos que esta vem exibindo. Como os próximos meses são, tradicionalmente, de elevação da presença das pessoas no mercado de trabalho, as boas perspectivas já apontadas para o nível de ocupação dificilmente deverão se traduzir em diminuição do desemprego. Nesse sentido, é cada vez mais claro que apenas um período prolongado de crescimento do nível de atividades e de crescimento paralelo da ocupação poderá ter um impacto mais significativo e duradouro sobre a taxa de desemprego.

Em relação ao outro ponto de preocupação suscitado pela evolução do mercado de trabalho — a queda dos rendimentos médios reais —, os indicadores recentes parecem não deixar dúvidas de que está em curso um processo consistente de reversão desse quadro. Essa afirmação baseia-se na consideração do comportamento das duas variáveis que determinam o poder de compra das remunerações: os rendimentos nominais e os preços aos consumidores.

A evolução dos rendimentos nominais ao longo de 2003 foi bastante prejudicada pela contração do nível da atividade econômica: segundo a PME, em 8 dos 12 meses do ano os rendimentos médios habitualmente recebidos sofreram redução em relação ao mês imediatamente anterior. Essa trajetória de deterioração dos rendimentos médios nominais foi provocada basicamente pelo comportamento dos rendimentos dos trabalhadores informais, sobretudo os trabalhadores por conta própria, uma vez que tanto os servidores públicos quanto os assalariados formais apresentaram crescimento em seus rendimentos (3,2% e 5,4%, respectivamente, ao final de 2003), conforme pode ser observado na Tabela 1, que mostra as variações em 12 meses dos rendimentos nominais segundo a categoria da ocupação.

Por seu turno, a variação mensal dos preços aos consumidores, depois de atingir 3,4% em novembro de 2002 (49,2% anualizados!), segundo o INPC, chegou a 2,5% em janeiro, passando a mostrar, a partir daí, uma queda consistente, até chegar a uma ligeira deflação de 0,1% no mês de julho.

A combinação de rendimentos nominais deteriorados e alta inflação compôs, portanto, um quadro de perda sistemática do poder de compra das remunerações (Gráfico 3), situação que só poderia ser revertida com uma inflexão no comportamento desses dois componentes. Como a inflação já estava praticamente sob controle desde meados do ano, caminhando para um patamar que hoje vem a ser a meta anual de 5,5%, a exigência maior passou a ser a recuperação dos rendimentos nominais.

Esse processo, contudo, demandou um prazo maior para se efetivar, iniciando-se somente em 2004, quando os rendimentos médios nominais habitualmente recebidos exibiram taxas de crescimento mensais ao longo de todo o primeiro trimestre, acumulando uma alta de 5,3% sobre o patamar alcançado em dezembro passado. O impacto dessa melhoria na evolução mensal é visível nas variações em 12 meses mostradas na Tabela 1, destacando-

TABELA 1

PME: Evolução dos Rendimentos Nominais segundo a Categoria da Ocupação

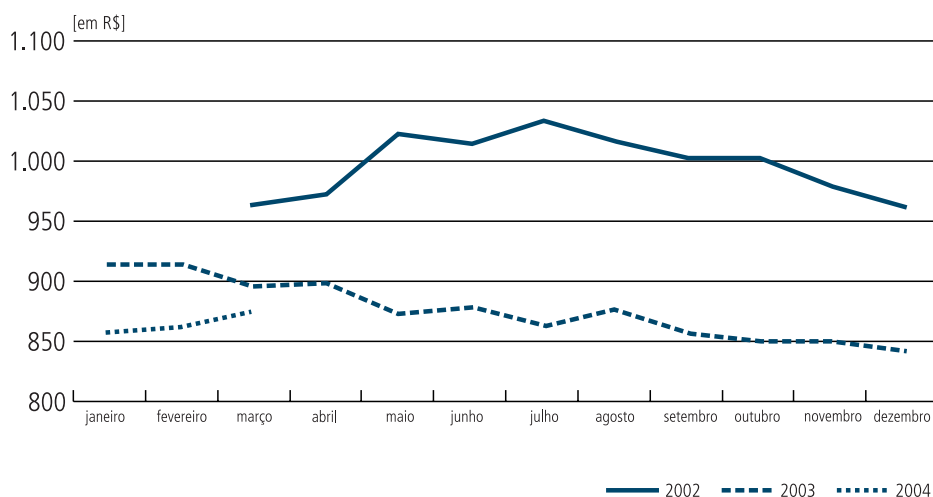
[variações em 12 meses (%)]

	Setor Público	Setor Privado com Carteira	Setor Privado sem Carteira	Conta-Própria	Total
Mar./03	18,6	14,2	9,4	-5,3	9,7
Abr./03	8,2	16,2	9,1	-3,6	9,9
Mai./03	6,8	10,5	5,8	-6,4	2,5
Jun./03	9,3	8,2	9,1	-4,1	3,4
Jul./03	6,7	4,8	3,1	-6,8	-1,3
Ago./03	10,4	6,3	11,9	-7,3	1,2
Set./03	10,6	3,0	14,9	-5,8	0,3
Out./03	6,4	3,7	10,1	-9,5	-1,6
Nov./03	4,1	5,0	10,7	-9,9	-1,9
Dez./03	3,2	5,4	-2,9	-10,5	-3,4
Jan./04	2,3	8,7	6,1	-0,4	1,6
Fev./04	-1,1	7,3	1,9	1,7	1,0
Mar./04	1,8	5,7	1,6	9,0	3,7

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/Dimac.

GRÁFICO 3

Brasil Metropolitano: Rendimentos Reais Habitualmente Recebidos



Fonte: PME/IBGE.

se a recuperação ocorrida nos rendimentos dos trabalhadores por conta própria, particularmente auspiciosa, pois uma das principais características de consolidação da fase ascendente do ciclo econômico no mercado de trabalho é o crescimento desse indicador.

Como resultado dessa evolução favorável dos rendimentos nominais e da inflação, os rendimentos médios reais passaram também a exibir uma trajetória de crescimento, com os ganhos nominais resultando em um aumento real de 3,8%, também na comparação de março último com dezembro de 2003.

Uma outra forma de se perceber a transformação que está em curso na situação dos rendimentos reais é acompanhar a evolução das variações em 12 meses das três variáveis. A Tabela 2, a seguir, permite que os efeitos positivos do comportamento recente dos rendimentos nominais e da queda da inflação sejam facilmente visualizados.

No primeiro semestre de 2003 os rendimentos nominais ainda apresentavam variações positivas, bastante altas até o mês de abril, na comparação com os mesmos meses de 2002. Porém a aceleração inflacionária ocorrida ao final do ano anterior passou a impor elevadas perdas em termos de rendimentos reais. Quando, a partir de setembro, a inflação, em termos anuais, começa a ceder, os rendimentos nominais passam a manifestar a deterioração já mencionada, fazendo com que os rendimentos reais continuem a mostrar fortes quedas. Somente quando os rendimentos nominais voltam a exibir variações positivas (janeiro deste ano) é que a recuperação dos rendimentos reais, beneficiando-se também da continuidade da queda da inflação, passa a mostrar uma evolução mais rápida, situando-se, em março último, apenas 2,4% abaixo do verificado em março do ano passado.

Considerando as perspectivas positivas da ocupação, ressaltadas anteriormente, é de todo legítimo esperar-se para os próximos meses uma continuidade desse processo de recuperação dos rendimentos nominais e, por consequência, dada a evolução provável dos preços, dos rendimentos reais. Com isso, a massa salarial real, variável fundamental na sustentabilidade do processo de crescimento da economia, também entrará, inclusive mais

rapidamente, num ciclo de crescimento: em março ela achava-se apenas 0,6% abaixo da verificada em março do ano passado, devendo mostrar uma variação positiva, na comparação de 12 meses, já em abril.

TABELA 2

PME: Rendimentos Habitualmente Recebidos e INPC

[variações em 12 meses (%)]

	Rendimentos Nominais	INPC	Rendimentos Reais
Mar./03	9,7	18,5	-7,2
Abr./03	9,9	19,4	-7,7
Mai./03	2,5	20,4	-14,7
Jun./03	3,4	19,6	-13,4
Jul./03	-1,3	18,3	-16,4
Ago./03	1,2	17,5	-13,8
Set./03	0,3	17,5	-14,6
Out./03	-1,6	16,1	-15,2
Nov./03	-1,9	12,8	-13,0
Dez./03	-3,4	10,4	-12,5
Jan./04	1,6	8,6	-6,2
Fev./04	1,0	7,5	-5,7
Mar./04	3,7	6,6	-2,4

Fonte: IBGE. Elaboração IPEAD/Imac.